

**POBREZA, POLÍTICA E DISCURSO:
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PODER EPISTÊMICO DOS POBRES**

ANELITO DE OLIVEIRA

*“Vidas que são como se não tivessem existido,
vidas que só sobrevivem do choque com um poder que
não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-as”.*

Michel Foucault, 1977

1.

Antes de mais nada, até mesmo para fazer jus ao tema desta comunicação, gostaria de situar meu próprio discurso, colaborando, na medida do possível, para uma recepção adequada ao problema que enuncia. Trata-se de um discurso fomentado no espaço das ciências humanas, mas não no seu centro. Fomentado na sua periferia, que é também o seu limite, ali onde a “epistème” que orienta esse espaço entra em crise. Não é um discurso totalmente *das* ciências humanas, de acordo com a classificação das agências públicas encarregadas de regular a pesquisa no Brasil, mas um discurso que emerge de um campo anexado às ciências humanas, um território, um fragmento de espaço, que, para muitos, figura como um adereço das ciências humanas, uma “mais valia” humana, digamos. Emerge, esse discurso, do campo das letras. Todavia, situar este discurso nesse campo, embora denuncie já sua difícil situação científica, não é suficiente para quem o pronuncia na pós-Modernidade, como sintoma assumido de esgotamento do projeto discursivo da Modernidade. No indiano Homi Bhabha (1998) e no brasileiro Silviano Santiago (1978), ambos marcados pela experiência da “estrangeiridade”, põe-se em relevo a complexidade dessa *situação*, que se traduz, objetivamente, na invenção de novos conceitos, capazes de alargar o campo das letras, como o de “interstício” e o de “entrelugar”, que anunciam um modo no mínimo instigante de compreensão, respectivamente, da relação com a tradição colonialista e da condição sociocultural latino-americana. São autores ligados às letras, como se sabe, formados pelas letras, mas o que produzem não pode ser enquadrado nesse campo apenas, não pode ser reduzido a uma disciplina. Tampouco pode ser enquadrado tranqüilamente noutro campo abrangido pelas ciências humanas e sociais: a filosofia, a história, a sociologia etc. Trata-se de uma produção que extravasa, ao mesmo tempo, o campo natural dos seus autores e os campos afins. Por si só, essa

produção acusa, inicialmente, uma discórdia interior, há muito colocada na área de letras, informa-nos que o objeto desse campo não são apenas as literaturas e as línguas ou as literaturas como literaturas e as línguas como as línguas, enquanto dimensões fechadas em si mesmas. Dessa forma, informa-nos, essa produção, que literaturas e línguas constituem, para esses autores, mais algo como um “objeto aqui”, aquilo que Lacan entendia por “símbolo”, o que deve ser submetido à análise objetiva.

Aos olhos de um “letrólogo”, como se poderia chamar, de modo brincante, o estudioso das letras, o que se apresenta a cada passo ou simultaneamente – e solicita problematização – tem um aspecto triádico: é código, mimesis e estilo. Ou seja: é uma língua, um artefato literário ou um artefato estético, dimensões que se definem a partir de um critério social, não pessoal. Uma língua é um código fertilizado e consolidado por uma comunidade; um texto literário é uma representação, uma mimetização, uma imitação, de tipos e ações que se encontram num determinado tempo e lugar, uma “suprassunção”, lembrando o termo de Kant, uma elevação, tornada possível, animada, por aquilo que constitui seu fundamento social; uma arte – teatral, pictórica, musical, filmica etc – consiste na estilização daquilo que é experienciado *numa* determinada coletividade, às vezes *pela* coletividade também, consciente ou inconscientemente, mas, de todo modo, sempre em relação com uma coletividade. A este fato se deve o encanto provocado em multidões, ontem como hoje, tanto pelo teatro de um Shakespeare quanto pelo artesanato do Jequitinhonha. A arte – nunca é demais recordar, porque tanto se esquece – é um instante de singularização de uma experiência que não pertence apenas a um indivíduo, a um artista, mas a toda uma comunidade, a um grupo de indivíduos que compartilham visões comuns sobre a “vie quotidienne”, recorrendo aqui ao conceito de Henri Lefebvre tão produtivo na análise empreendida pela americana Kristin Ross num livro que elucida, de maneira surpreendente, a relação entre literatura e sociedade na Comuna de Paris, na França dos idos de 1870. A arte enuncia, portanto, algo que pertence a um grupo de indivíduos que se identificam com determinados modos de viver, praticam determinados ritos, cultivam determinados costumes, existem segundo algumas verdades comuns. Estas especificações justificam a demarcação de espaço, pelas agências de pesquisa, no campo das letras, uma divisão do que, para os observadores em geral, seria a mesma coisa, passível de ser operacionalizada cientificamente por qualquer especialista em lingüística, literatura ou artes. Todavia, para Capes e CNPq, por exemplo, a pesquisa sobre línguas cabe ao lingüista e a pesquisa sobre literaturas e artes cabe aos titulados nessas áreas, o que acabou resultando numa fértil interdisciplinaridade, num intercâmbio entre pesquisadores das duas áreas. Na margem das ciências humanas e das letras, onde se encontram, distingue-os o mal-estar na ciência, especialmente em face da vontade de verdade socrática de que ainda se reveste a idéia de ciência até nas humanidades em crise.

2.

Que a ciência, um discurso da certeza, é necessária, não há dúvida, mas é igualmente necessária uma ciência da ciência, um discurso sobre o processo de conhecer que culminou no conhecimento que se nos apresenta como científico na sociedade contemporânea. É o que transparece em trabalhos fertilizados às margens das ciências humanas, diretamente devotados à teoria do conhecimento, como os de Derrida, de Boaventura de Sousa Santos, Terry Eagleton e Milton Santos. Elejo, como ponto de partida para estas considerações sobre uma relação que me parece altamente inquietante neste novo

século – a relação entre pobreza, política e discurso –, um autor seminal, a quem devemos – inclusive vários dos aqui citados – uma insubordinação fundamental ao poder da ciência, à ciência enquanto exercício de poder, uma atitude anticientificizante. Essa atitude mostra, sobretudo, que o científico não é cientificizante, no sentido de que não constitui uma cega apologia da ciência, tampouco, claro, do objeto que procura compreender. Refiro-me a Michel Foucault (2006: 203-222). Num ensaio de 1977, “La vie des hommes infâmes” [“A vida dos homens infames”], Foucault se empenha em trazer à lume algumas vidas que foram alijadas da sociedade francesa em seu tempo, meados dos séculos XVII e XVIII. Vidas consideradas nocivas ao “corpus” social, portadoras de “enfermidades” que poderiam “contaminar” a todos e, no limite, arruinar a sociedade. Entre essas “enfermidades”, encontra-se a agiotagem, implicando o logro financeiro: um indivíduo porta um mal que consiste em cobrar caro pelo dinheiro que vende, com todos os “ingredientes” de pressão inerentes, de certa forma, às relações capitalistas. Não pode, em função disso, viver em sociedade, e, por conseguinte, a ciência, digo: o discurso produzido na academia naquele contexto, não dá notícia sobre esse indivíduo, silencia-se sobre sua existência. Ao fazê-lo, esse discurso denuncia sua posição política conservadora, comprometida com a ordem social estabelecida, comprometida com o modo como se exerce o poder nessa ordem.

O limite desse discurso, o ponto em que ele esbarra, é já, portanto, sua política, cuja feição autoritária entra em contradição, obviamente, com o senso crítico que constituiria o fundamento da racionalidade moderna. Como se sabe, a criticidade a toda prova seria, de acordo com uma das fontes do pensamento filosófico moderno – as “Meditationes” de René Descartes (1991: 155-224) – um atestado de esforço de neutralidade do sujeito cognoscente. O silêncio sobre os “infames” diz que, para a ciência daquele tempo e lugar, não era mais a verdade que estava em questão, mas exatamente a suspensão da verdade em favor da conveniência, estratégia peculiar à política, questão cara a Hannah Arendt. E é à medida que é a política vem ao caso, que é de política que se trata, que o poder se apresenta como fim. Aos olhos de Foucault, de fato, a penalização dos homens que nada valiam, consistindo antes de mais nada em proclamar sua invalidade, fundamento de sua exclusão, relacionava-se, sobretudo, com o poder. O que diziam, seu discurso, afrontava o poder, eram infâmias contra o poder instituído na esfera pública, regulador dos micropoderes que performavam aquela sociedade. Não diziam, seu discurso, não era, portanto, qualquer coisa, uma gratuidade, algo desprovido de “logos”. Não é qualquer coisa, obviamente, que desconcerta o poder, mas especialmente aquilo que constitui um saber, que porta uma determinada ordem de idéias, que configura um “logos”, um discurso. Assim o é porque, ainda pensando na esteira de Foucault (2000), estamos numa sociedade de discurso, porque a sociedade moderna é uma sociedade de discurso, estruturada pelo discurso.

Nessa sociedade, o discurso é uma senha de acesso a todos os lugares, especialmente aqueles mais privilegiados economicamente, de tal forma que os sem-discurso estão automaticamente excluídos, impedidos de acessar aquilo que lhes seria, aprioristicamente, de direito, constituindo, portanto, aquela comunidade dos “sem parcela” que Jacques Rancière entende como a comunidade fadada a fazer política, a forçar uma divisão mais justa dos bens sociais. Mas, por outro lado, nada significa que os com-discurso estejam automaticamente incluídos porque os discursos, numa mesma sociedade, não têm, claro, o mesmo valor, uns valem mais que outros. Tal valor se define pelo grau de verdade, considerada em relação à ordem social: certos discursos são considerados mais verdadeiros que outros porque estão de acordo com a ordem social vigente. São fiéis a essa ordem

no que diz respeito, precisamente, à atenção àquilo que Foucault considera como uma das condições de possibilidade do discurso: a interdição, o silêncio sobre certas dimensões da realidade. Calam sobre aquilo que essa ordem cala, comportam-se, portanto, de maneira que convém a essa ordem. Aqueles que se comportam de maneira inconveniente, falando o que não convém à ordem social estabelecida, são automaticamente desvalorizados, estigmatizados como pouco verdadeiros ou mesmo mentirosos, infames. Daí o paradoxo: ter discurso, ter “logos”, não significa ter lugar, estar incluído, numa sociedade do discurso como a brasileira, nem ontem nem hoje.

Avermelhados, escravizados, bestializados, trabalhadores, descamisados, bolsistas – são algumas das designações da coletividade pobre ao longo da história do país. E não há dúvida que, dos primeiros índios avistados por Caminha (1977: 88) – “afeiçam deles he seerem pardos maneira dauermelhados” – aos beneficiários das bolsas do Governo Lula, o Brasil avançou no sentido de superar a pobreza material incongruente com sua enorme riqueza natural. Pobreza que, como já está bastante claro, nunca foi resultante do modo de vida da maioria dos brasileiros, limitados que são no que diz respeito à exploração do seu meio ambiente, mas exclusivamente do modo injusto de gerir, pelas elites socioeconômicas, toda a gama de recursos naturais com que o país foi agraciado. Como consequência direta dessa injustiça, destaca-se a má distribuição da renda oriunda desses recursos, de tal forma que aqueles que produziam e produzem nunca foram – e continuam não sendo – devidamente recompensados, chegando mesmo a ser impossibilitados de comer um pouco do que plantam. A permanência dessa injustiça é que torna mais prudente dizer que o país avançou no sentido de superar a pobreza do que dizer, de modo entusiasmado, que o país já superou a pobreza material. Como se sabe, ainda são cerca de 50 milhões de brasileiros sobrevivendo na pobreza material, e, a exemplo de todas as outras épocas na história do país, não se trata de uma massa inerte, mas de uma força oculta que abala a superfície republicana, afigurando-se-lhe uma espécie de trauma. De fato, a pobreza material brasileira é, fundamentalmente, a contraparte da República estabelecida em 1889, um problema aguçado pela abolição “pro forma” da escravatura e para o qual os idealistas republicanos não deram uma solução, deixando-a a cargo do porvir.

3.

Discurso fundamentado no liberalismo, em termos políticos, e no positivismo, em termos filosóficos, é, até certo ponto, óbvio que o republicanismo daquele fim de século XIX não se inquietasse seriamente com a pobreza material, dando-lhe um estatuto de antagonismo social insuportável com os supostos novos tempos, num país pós- monarquista. Inquietar-se com essa pobreza, com a indigência dos ex-escravos exposta pelas ruas de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, com tanta gente sobrevivendo em condições subumanas, significaria aceitar que as idéias realmente estavam “fora do lugar”, conforme a célebre expressão de Roberto Schwarz, crítico de literatura que, imbuído de referenciais sociológicos e estéticos, logrou excelentes resultados ao analisar o período a partir da obra de Machado de Assis. Significaria, no mínimo, relativizar a primazia absolutizante das idéias em face da realidade social e, por conseguinte, o reconhecimento do teor complexo dessa realidade, uma complexidade que tinha no seu âmago, como seu motor, a conversão de coisas em pessoas, de objetos em sujeitos, como se pode entender a passagem da condição de escravo para liberto. Operar

essa complexidade exigiria, claro, um esquema teórico rigoroso capaz de, na hermenêutica da realidade, ir muito além das simplificações do positivismo e do liberalismo, compreendendo não os efeitos dos efeitos, mas as causas dos efeitos e os efeitos das causas, o que implicaria, necessariamente, uma ultrapassagem da ordem do visível, da superfície em que se estrutura o discurso republicano. Ultrapassando essa ordem, o discurso republicano encontraria a pobreza material, sua contraparte, aquilo que, pensando em Freud, pode-se tratar como “recalcado”.

De fins do século XIX para cá, não tem sido poucos os esforços para trazer à tona a pobreza material para o centro do “logos” que ordena a dinâmica social brasileira, para o centro do discurso que modula as ações dos diversos sujeitos, para o interior, pode-se dizer ainda, da máquina de produção da racionalidade cotidiana. Tiveram lugar, esses esforços, e continuam tendo, nas letras, na sociologia, na história, na antropologia etc e, mais importante que elencar seus responsáveis, é tentar compreender por que a pobreza material, sob a qual se encontra parte tão expressiva da população, ainda é algo deslocado nesse “logos” ordenador do social, não totalmente abarcado por esse “logos”. Deslocado no sentido de que não atua, de modo decisivo, na conformação desse “logos”. Natural seria, em face desses esforços, que esse “logos”, ecoado pelo Estado brasileiro através de suas políticas públicas, não tratasse a pobreza material como um corpo estranho, como algo a ser extirpado em nome do desenvolvimento social, mas como parte integrante do seu “corpus”. Com esse tratamento, o “logos” oficial revela, sobretudo, que não assimilou devidamente as contribuições de um Joaquim Nabuco, um Euclides da Cunha, um Gilberto Freyre e um Josué de Castro, nas quais é evidente o “poder simbólico”, para usar o conceito de Bourdieu, dos pobres. Tal poder consiste numa riqueza imaterial, contraponto contundente à pobreza material, que o “logos” oficial resiste em reconhecer como algo legítimo, uma racionalidade outra, mas igualmente racional.

Esse reconhecimento significaria, em primeiro lugar, uma confirmação, pelo Estado, de uma verdade estarrecedora, sempre evitada: a da existência de dois países no Brasil, um real, cultivado por pessoas – pobres, em sua maioria - e outro oficial, ostentado pelo discurso de alguns – ricos, em sua maioria. Assim, em nome de uma unidade meramente discursiva, o Estado opta, historicamente, por continuar operando com as simplificações teórico-políticas que embasaram a instauração da República no país. A reversão desse processo é fundamental à medida que fere, naturalmente, a questão identitária, que, conforme a elucidação de Heidegger, está imbricada na noção de comunidade: identidade se define como aquilo que é comum a um determinado grupo de pessoas. Não há o pobre, isoladamente, nem aqui nem alhures; há os pobres, que vivem sob determinadas condições materiais e imateriais, donde resulta todo um saber, todo um conjunto de tradições, modos de ser e estar no mundo que constituem, nos muitos territórios espalhados pelo espaço brasileiro, seu poder epistêmico. Separados a partir de critério étnico, de gênero e classe social, esses pobres se irmanam sob a tarja genérica da pobreza, que, de fato, acaba se lhes afigurando como a grande “parede”, o grande obstáculo, comumente intransponível, na sociedade brasileira. Sua experiência da pobreza não resulta, de um modo geral, em silêncio: são os mais falantes, fazem o carnaval diário no país. Todavia, seu poder simbólico é utilizado objetivamente, desde o início do projeto republicano no país, para referendar o poder real das elites políticas e econômicas. Converter esse poder simbólico em poder real, a ser exercido na instância pública, é tarefa que exige a participação da Universidade, enquanto instituição que tem como missão o esclarecimento, uma missão que, no bom sentido, está interligada à defesa da humanidade. Neste caso, trata-se de defender a sempre ameaçada humanidade dos pobres.

REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Trad. Miriam Ávila et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. In: Nossos clássicos. Estudo crítico de J. F. de Almeida Prado, texto e glossário de Maria Beatriz Nizza da Silva. Rio de Janeiro: Agir, 1977. 2ed.
- DESCARTES, René. *Meditações*. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Jr. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: *Estratégia, Poder-Saber*. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Org. Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. 2ed.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2000. 6ed.
- RANCIÈRE, Jacques. O começo da política. In: *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- ROSS, Kristin. *The emergence of social space: Rimbaud and the Commune Paris*. Minneapolis: Minnesota Press, 1994.
- SANTIAGO, Silvano. O entrelugar do discurso latino-americano. In: *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

AGRICULTURA E GESTÃO DA ÁGUA NO VALE DO RIACHÃO – MONTES CLAROS/MG

Priscilla Caires Santana Afonso
João Cleps Júnior

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo analisar o processo de gestão e disputa pela água entre a agricultura empresarial e geraizeira no vale do Riachão em Montes Claros/MG. Nesse sentido, a pesquisa foi realizada nas Comunidades de Lagoa do Barro, Lagoa da Tiririca e Pau D'Óleo, localizadas no alto curso da sub-bacia do Riachão em Montes Claros, Minas Gerais. Através de uma metodologia baseada em pesquisa bibliográfica, entrevistas semi-estruturadas com 80 famílias geraizeiras e 7 agricultores empresários, esse estudo buscou analisar como os geraizeiros tiveram muitas de suas estratégias de sobrevivência comprometidas em virtude do processo de modernização agrícola brasileira e suas particularidades na região norte-mineira. É preciso conhecer culturas e lógicas locais para se planejar políticas públicas ou projetos a serem desenvolvidos, encontrando formas do geral se encontrar com o particular em se tratando de gestão dos recursos naturais.

Palavras chave: Geraizeiro. Agricultura Empresarial. Legislação da Água. Sub-Bacia do Riachão Montes Claros/MG. Comunidades Rurais.

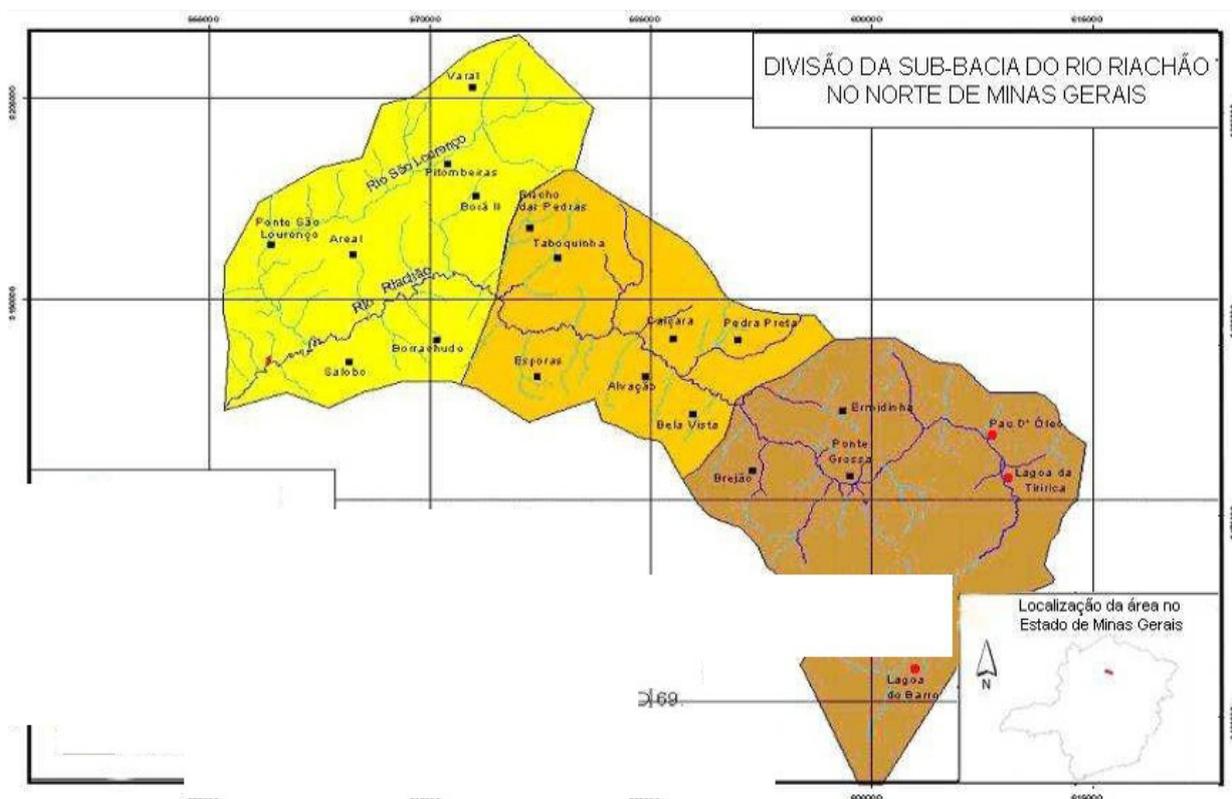
Riachão é um afluente da margem direita do Rio Pacuí. Sua sub-bacia ocupa uma área de 86.090 ha (CODEVASF, 2001), servindo de limite territorial para os municípios de Montes Claros, Coração de Jesus, Mirabela e Brasília de Minas. A área estudada nesse trabalho, corresponde às Comunidades de Lagoa da Tiririca, Lagoa do Barro e Pau D'Óleo, conforme demonstra o mapa 1, todas dentro dos limites de Montes Claros a maior cidade do Norte do Estado de Minas Gerais. Nessas comunidades vivem 80 famílias e 7 produtores empresários, todos entrevistados nesse estudo. É válido ressaltar que uma permanente revisão bibliográfica, entrevistas com órgãos oficiais e ONG's, além de documentação cartográfica e fotográfica também fizeram parte da metodologia adotada nesse estudo.

Essa sub-bacia é de fundamental importância regional, sendo responsável pela sobrevivência de centenas de produtores rurais. A riqueza hídrica da área foi o atrativo para as

2.291 famílias que vivem nas terras do entorno do rio principal e seus afluentes para a prática da agricultura de excedente. Segundo o Instituto Estadual de Florestas – IEF, do total de famílias (2.291), cerca de 189 fazem uso direto da água da calha do rio para a irrigação de hortaliças, da lavoura, uso doméstico e dessedentação de animais, entre outros.

A fertilidade das terras, aliada à baixa declividade do seu leito, permite que as áreas de várzeas e seus vales sejam intensamente cultivados com o arroz, milho, feijão, cana-de-açúcar, mandioca e hortifrutigranjeiros. São culturas de sequeiro, havendo centenas de irrigações por sistema de gravidade ou aspersão. Suas águas são importantes também para o abastecimento humano e para as criações de aves, suínos, gado, pesca e recreação.

Entretanto, nos últimos anos, houve uma diminuição de toda a riqueza natural da sub-bacia e um dos bens mais preciosos para a população, a água, se tornou escassa principalmente após a década de 1980, período em que ocorreu a intermitência do rio.



Mapa 1: Divisão da Sub-bacia do Rio Riachão no Norte de Minas Gerais

A intermitência do Riachão marca o conflito pelo acesso à água na sub-bacia. A disputa acontece desde então, entre a agricultura geraizeira e a agricultura empresarial. Segundo Dayrell (1998, 2000) e Costa (2003) os geraizeiros são camponeses regionais que desenvolveram uma forma cultural peculiar de lidar com o meio através de muitas gerações.

Em algumas regiões do Norte de Minas existem populações tradicionais denominadas de Geraizeiros, que possuem uma forma singular de apropriação da natureza regida por um sistema peculiar de representações, códigos e mitos. Seus sistemas de produção consistem no plantio de lavouras diversificadas de mandioca, feijões, milho, cana, abóboras, batata doce, associado com a criação de gado bovino, aves e suínos. Esses complementam sua alimentação através do extrativismo feito nas terras gerais, terras sem dono, de domínio público. (DAYRELL, 1998, p. 58).

Esse grupo é a grande maioria na sub-bacia, mas a partir da década de 1970, quando o processo de modernização agrícola se territorializa no vale do Riachão, passam a ter que conviver com as formas de gestão dos recursos naturais imposta pela agricultura empresarial. Nesse sentido, de um lado da disputa está o grupo dos agricultores empresários que acredita que o uso da água deve garantir o que consideram em seu discurso o “desenvolvimento regional”, que deve ser conseguido mesmo que isso promova impactos,

[...] Se não usarmos [a água] ela acaba correndo para o mar! Porque não usá-la? É para o desenvolvimento da região. Essas pessoas [geraizeiros engajados no Movimento dos Sem-Água - MSA] se esquecem que quem gera emprego e renda para eles mesmos somos nós. Eu tenho a outorga, não é isso que o governo diz que precisa? Portanto posso usá-la para sanar minhas necessidades. (Sr. J.G., Comunidade de Lagoa da Tiririca)

E do outro lado, está o grupo dos geraizeiros, que não dispõem das tecnologias que são utilizadas pelos agricultores empresários para conseguir água e tradicionalmente utilizam água superficial e por isso se vêem com problemas de acesso devido ao rebaixamento do lençol freático, restando-lhes, num primeiro momento, duas alternativas: adquirir as bombas de sucção e perfuração de poços artesianos (prática extremamente cara) ou depender dos carros-pipa enviados esporadicamente pela Prefeitura Municipal de Montes Claros. Os geraizeiros argumentam que nem sempre o caminhão-pipa chegava a tempo de sanar suas necessidades e se viam obrigados a caminhar com latas na cabeça em busca da água, como ocorre nas cenas mais marcantes veiculadas pela mídia no Nordeste brasileiro.

[...] Falta d'água mesmo, eu me lembro na década de 1980. Era um tempo ruim, não chegava o carro pipa, a cisterna e a cacimba tava seca e o rio também. Minha mulher tinha que buscar água com os meninos láaaa.... depois daquele morro. Água que a gente busca na cabeça não tem tanto... (J.M., Comunidade de Pau D'Óleo)

As formas que chamaremos de “alternativas” para esse grupo social, como os já citados poços artesianos, recaem diretamente sobre um ponto que consideramos fundamental, não fazem parte das formas tradicionais de gestão e uso da água, portanto escapam as normas sociais de gestão do recurso, o que fere diretamente a premissa de que acreditamos que a solução dos problemas dessas comunidades perpassa pela questão do respeito a cultura local. E é essa cultura que não permitiu que

esse grupo social tradicional se perdesse em meio às várias transformações espaciais da sub-bacia. Ao contrário do que poderíamos prever e apesar de todos os problemas vivenciados por esses geraizeiros, as formas culturais de se gerir a água e a terra não se perderam e resistem ao tempo e ao capital.

Os geraizeiros percebem a água como um bem comum, como dádiva divina e afirmam ser tão importante quanto a água a terra para sua sobrevivência:

A chuva é divina. Olha só como ficam as árvores na seca. Fica debaixo de uma só pra você sentir as lágrimas. Elas choram. Quando a chuva vem os pássaros cantam, molha a terra e a natureza toda fica feliz. A gente aqui, vive é da terra. A chuva deixa ela macia, a gente planta nela e vive. (J. S. M., Comunidade de Lagoa do Barro)

Para esses agricultores, “*Deus fez a água para o mundo*”, portanto, é de domínio público, sendo inconcebível os barramentos propostos pelos órgãos governamentais como parte das medidas técnicas que buscam solucionar o problema na sub-bacia.

Nas entrevistas, os produtores descrevem uma espécie de hierarquia das águas, construída ao longo de muitos anos por essas comunidades. As águas mais volumosas (do Riachão) são usadas para tarefas menos nobres como lavar roupas (o que contamina a água com sabão), para a rega e para o uso animal. Atualmente, os agricultores de Pau D’Óleo argumentam que utilizam pouco a água do Riachão devido ao carreamento de agrotóxico por parte de quem está a montante. “*Hoje, nós da comunidade não usamos mais a água do rio, que é pouca em época de seca e também não é boa. Isso tudo por causa dos grandes que estão lá em cima [...] ou eles usam toda a água ou enchem de agrotóxico*” (Sr. C. C., Comunidade de Lagoa da Tiririca).

As águas menos volumosas, como é o caso dos córregos que alimentam o Riachão, são tidas como de melhor qualidade, principalmente aquelas próximas às nascentes. Essas eram usadas para cozinhar e para beber. Atualmente, dependendo da sazonalidade, alguns córregos que servem às comunidades estudadas desaparecem, podendo ser considerados intermitentes.

Afirmam que as melhores águas, a de mais fino trato, eram as águas de cisternas, leves por serem filtradas: “*O filtro é a terra. A gente deixava a boca da cisterna fechadinha pra não entrar bicho ou sujeira. A água era tirada com um balde. Assim a gente tinha água boa pra beber o ano todo*” (Sr. J. M., Comunidade de Lagoa do Barro). Já as cacimbas¹, eram destinadas aos animais: “*Pra deixar a água mais limpa para os bichos à gente coloca algumas algas, elas filtram*” (Sr. J. C. Comunidade de Pau D’Óleo). Com o passar dos anos, as cacimbas (foto 15) e cisternas secaram devido ao rebaixamento do lençol freático, que segundo o estudo da Águas Consultores LTDA (1999) foi ocasionado pelo seu uso irrestrito.

Na atualidade, só existem cacimbas ou cisternas muito próximas ao leito maior do Riachão e esse privilégio não é de muitos agricultores.



Foto 15: Comunidade de Pau D'Óleo em Montes Claros/MG: cacimba construída em propriedade rural. Observa-se a presença de algas, o que indica um comprometimento da qualidade da água. Autor: AFONSO, P.C.S., fev/2007.

Por volta de 1995, as Comunidades de Lagoa do Barro e Pau D'Óleo criaram uma Associação de Moradores que conseguiu a perfuração de poços comunitários, o que representou uma alternativa para a solução do problema. A água destinada às famílias, no entanto, é suficiente somente para o uso doméstico e para os animais criados próximos às casas. Os geraizeiros consideram que a água é de boa qualidade, mas é insuficiente e o que consideram mais grave é “*água cobrada*”. O valor monetário a que se referem é o preço da energia elétrica cobrado mensalmente aos usuários. “*O poço melhorou nossa vida, mas não resolveu o problema. Eu me sinto ofendido de ter que pagar pela água que eu e minha família usa*” (Sr. C.C., Comunidade de Pau D'Óleo).

Em Lagoa da Tiririca, a situação é a mais diferenciada do alto curso da sub-bacia. O uso da água superficial diretamente da lagoa, por meio de bomba de sucção, foi proibido pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, mas ainda vem sendo utilizada pelos agricultores. Desde então, os usuários exploram do subsolo a água necessária para irrigação. Para os geraizeiros a intermitência do rio se deve ao uso desordenado da água nas propriedades empresariais, principalmente por causa da alta concentração de pivôs centrais nessa área, ou seja, 7 dos 8 que estão instalados em toda a sub-bacia.

Ainda que existam as associações de moradores e o engajamento de parte dos geraizeiros no Movimento dos Sem-Água – MSA² fato inovador no Norte de Minas, e a participação da ONG Centro de Agricultura Alternativa Norte de Minas - CAA/NM no movimento desde a intermitência do rio, existe uma articulação política em âmbito institucional ainda muito incipiente, uma vez que há um desconhecimento histórico sobre as normas institucionais do sistema estadual de gestão de águas, intensamente modificado, principalmente ao longo da última década.

[...] *As terras do entorno da lagoa faz parte das terras da Refloralge. Por isso eles cercaram a lagoa e os animais não puderam mais beber a água. Depois com muito jeitinho e com muita conversa a Associação conseguiu que eles tirassem a cerca. As crianças ficaram numa felicidade só, pois, voltaram a banhar lá. Sei que eles não*

estavam fazendo uma coisa certa cercando a água, a água não tem dono. (Sr. J. S. M., Comunidade de Lagoa do Barro)

Por que eu tenho que pedir licença pra alguém pra tirar água do rio? O rio não tem dono! Agora, onde está o dono da água? Só faltava alguém querer ser o dono da água! Nem eu, nem você, nem governo; ninguém pode ser dono disso! A água está aí para gente sobreviver, produzir alimento. (Sr. C. M. Comunidade de Lagoa da Tiririca)

As falas demonstram as opiniões de geraizeiros sobre o uso atual dos corpos d'água, de forma a deixar claro um total desconhecimento sobre a questão legal que regula o seu acesso. Entretanto, a situação é diferenciada com relação aos agricultores empresários. A partir da disputa, eles se organizaram e conseguiram a outorga da água, pois, há uma certeza de uma liberdade absoluta de uso do recurso, ainda que, do ponto de vista institucional, haja restrições ao livre acesso à água desde o Código das Águas de 1934. O Código das Águas, estabelecido pelo Decreto Federal nº 24.643 de 10/07/1934, assegurava o uso gratuito de qualquer corrente ou nascente de água para as necessidades básicas de sobrevivência humana, permitindo a todos os uso do recurso conforme regulamentos administrativos. Impedia, no entanto, a derivação das águas públicas para aplicação na agricultura e indústria sem a existência de concessão. De um modo geral, embora se tenha constituído no primeiro passo rumo a um modelo burocrático de gerenciamento das águas no Brasil, o Código de Águas limitava-se à ênfase nos temas relativos ao abastecimento da região semi-árida brasileira e ao aproveitamento hidroenergético das demais regiões do país.

No entanto, a história de acesso não arbitrado da agricultora regional junto ao recurso sobrepõe-se, na prática, aos aparatos legais de regulação. Só a partir de 1995, segundo os agricultores irrigantes (empresários), existe a necessidade prática da outorga. A outorga para esses significa o livre acesso à água de forma a tornar possível a utilização produtiva da terra.

Quem tem a outorga não pode explorar? Pelo menos é isso que a lei diz. Eu não posso pedir pra planta esperar até o governo decidir quem tem o direito. É preciso haver bom senso aí. Outra coisa, não são eles [os geraizeiros] quem dizem que a água não tem dono? (Sr. V. M., Comunidade de Lagoa da Tiririca)

Os argumentos descrevem o momento em que houve o embargo das bombas de sucção na Comunidade de Lagoa do Tiririca, em 2000. Esses agricultores demonstram esperar que haja uma regulamentação do acesso à água que se adapte a sua estrutura de produção. É perceptível, pela argumentação que a previsibilidade característica da modernização das práticas agrícolas capitalizadas é, nesse momento, deixada de lado em prol da urgência da lavoura. Tal urgência, que em outras circunstâncias poderia ser racionalmente calculada por meio de técnicas agrônômicas é o argumento que garante o não-cumprimento dos dispositivos legais. Esta situação inimaginável na agricultura moderna, com o produtor empresário descobrindo quase por eventualidade as necessidades imediatas de água da planta, expressa menos uma limitação técnica do que um apelo que justifique o acesso não legítimo da propriedade empresarial ao recurso.

Quando os agricultores empresários e os geraizeiros são indagados sobre as funções do comitê de bacia ou sobre o Conselho Gestor que se formou por intermédio do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM para a discussão institucional do problema da sub-bacia e a possibilidade

de participação efetiva do segmento agrícola na instância de gestão, os desconhecedores da estrutura já vislumbram uma nova instituição a partir das relações de dominação da agricultura local:

O Conselho não deu certo porque quem mandava era o grande irrigante. Afinal quem usa a água são eles e precisam de água pra muita coisa lá dentro. Água mesmo nós não usamos aqui. A gente não tem as máquinas pra isso. Acho que é também por isso que a gente não conhece esse comitê ou acreditou no Conselho. Essa coisa de política é complicada. Tem muito político corrupto e eu não gosto de me meter com eles. Mas os irrigantes devem conhecer esse comitê, muitos políticos e aí a força é toda deles. (Sr. C.C., Comunidade de Lagoa do Barro)

O Conselho não foi para frente porque esse pessoal [geraizeiros] não queria ser razoável. Eles queriam que a gente parasse de irrigar. Começou uma briga e não passou da segunda reunião. (Sr. N. B., Comunidade de Lagoa da Tiririca)

Houve relatos dos geraizeiros que acreditam que a participação no Comitê ou mesmo no Conselho Gestor deveria ser feito por irrigantes: “São eles quem conhece de política”. A partir desses depoimentos, podemos perceber como a estrutura da agricultura regional reflete a forma de luta pela gestão do recurso. Muitos geraizeiros se julgam “fracos”, de pouco ou nenhum conhecimento frente à agricultura empresarial articulada e com uma grande capacidade de barganha. Daí podemos verificar um grande descontentamento com a política e a gestão institucional da água, que é desacreditada e entendida como manipulável pelos agricultores empresários, no ponto de vista dos geraizeiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar as formas de apropriação e gestão da água na sub-bacia do Riachão, o que implicou no desafio de identificar como esses geraizeiros, com uma cultura tão peculiar administram secularmente os recursos naturais. Entendemos que ao conhecer os diversos modos de administrar e usar esses recursos, as diferentes culturas de lidar com a água, poderemos então pensar em articulá-las. Sem esse conhecimento, o resultado será a exclusão de parcelas da população rural, ao acesso e do processo de regulação das prioridades de uso dos recursos hídricos.

Populações rurais tradicionais como os geraizeiros possuem sistemas próprios de gestão das águas que normatizam usos, distribuição e partilha desse recurso. Boa parte das políticas públicas e dos projetos de desenvolvimento agrário, em suas formulações e execuções, não levam em conta aspectos importantes de culturas locais gerir os recursos hídricos. Mas, no que diz respeito à água, parcelas de populações rurais em seus sistemas locais de acesso à água trazem questões de extrema importância para a sociedade brasileira refletir: a quem pertence a água? Quais devem ser suas prioridades de uso? Como ela deve ser usada, distribuída e partilhada?

A presença de organizações de representação como associações comunitárias ou agências de mediação (como a organização não governamental CAA/NM), que compreendam aspectos da gestão local, são importantes porque auxiliam nas interfaces entre a gestão local.

Na gestão comunitária o que é importante são aspectos que fazem parte de um processo maior que envolve ambiente, sociedade e cultura. Isso fica claro na ordem classificatória, na valorização da qualidade da água no processo de gestão e controle comunitários das águas.

A escassez de qualidade da água que a população pesquisada considera boa e as formas comunitárias de acesso e distribuição da água são temas que mobilizam a maioria das comunidades rurais pesquisadas, e que deveriam merecer ênfase em políticas públicas e programas de gestão dos

recursos hídricos no Norte de Minas. E, nesse sentido, refletir sobre gestão comunitária de nascentes, sobre o que comunidades podem fazer para conservá-las, criar estímulos conservacionistas em parceria com órgãos públicos e privados, coibir ações de privatização de mananciais, são bases para nortear políticas públicas sobre águas.

É necessário conhecer situações e culturas locais antes de pensar em políticas ou projetos a serem desenvolvidos. É necessário, também, diferenciar essas singularidades por programas de ação, pois assim como os problemas são diversificados, as soluções também não deveriam ser uniformizadas. Será preciso pensar em formas do geral se encontrar com o particular; isso só será possível se cada particularidade – de uso, gestão e conhecimento – vier a ser a base da norma geral de regulação das águas.

Para famílias e comunidades pesquisadas ter água é a liberdade de autodeterminar e participar ativamente das possibilidades de desenvolvimento que levem em conta sua cultura, seu território e seu saber.

REFERÊNCIAS

- COSTA, J.B.A. Cultura, Natureza e Populações Tradicionais. **Revista Verde Grande**. Montes Claros: Editora da Unimontes, v. 03, n. 3, 2005, p. 37-64.
- . Fronteira regional no Brasil: o entre-lugar da identidade e do território baianeiros em Minas Gerais. **Sociedade e Cultura**, v. 5, n. 1, jan./jun. 2003, p. 53-64.
- DAYRELL, C. Os geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios dos agrobusiness. In: LUZ, C. e DAYRELL, C. (orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: Max Gráfica e Editora, 2000, p. 189-272.
- . **Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: la contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas**. 214p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UniversidadInternacinal de Andalucía, Espanha,1998.
- FREIRE, A. G. **Águas do Jequitinhonha: a gestão coletiva dos recursos hídricos pelos agricultores de Turmalina – Alto Jequitinhonha/MG**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Lavras, Programa de Pós-Graduação em Administração Rural. Lavras, 2001.
- GALIZONI, F. M. **Águas da Vida: população rural, cultura e água em Minas**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- GERVAISE, A. **A Transformação Agrária do Norte Meridional: Norte de Minas**. Belo Horizonte: UFMG/Instituto de Geo-Ciências/Departamento de Geografia (publicação especial n.º 1), 1975.
- GRANJA, S.I.B.; WARNER, J. A hidropolítica e o federalismo: possibilidades de construção da subsidiariedade na gestão das águas no Brasil? **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>. Acesso em: 12/06/2006.
- GRAZIANODASILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARTINS, J.S.M. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1975. 161p.
- OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986. PEREIRA, A. M., ALMEIDA, M. I. S. (orgs.). **Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Editora da Unimontes, 2004. 130p.
- PORTO-GONÇALVES, C.W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 461p.
- . As Minas e os Gerais – breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In: LUZ, C. e DAYRELL, C. (orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: Max Gráfica e Editora, 2000, p. 189-272.

RIBEIRO, R. F. História ecológica do sertão Mineiro e a formação do patrimônio cultural sertanejo. IN: LUZ, C. e DAYRELL, C. (orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: Max Gráfica e Editora, 2000, p. 47-106.

RIBEIRO, E. M. Os costumes e a lei: normas de uso e conservação da água nas comunidades rurais dos semi-árido de Minas Gerais. In: III ENCONTRO DAS ÁGUAS, 2001, Chile. **Anais do III Encontro das Águas**. Santiago: Universidade Santiago de Compostela, Departamento de Engenharia Ambiental, 2001, p. 145-155.

. **Práticas, preceitos, problemas associados à escassez da água no vale do Jequitinhonha, Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acessado em 07 out. de 2006.

SILVA, C. E. M. **Cerrados e camponeses no Norte de Minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Belo Horizonte, 1999.

. **Desenvolvimento e Sustentabilidade nos Cerrados: o caso do sertão norte-mineiro**. In: LUZ, C. e DAYRELL, C. (orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: Max Gráfica e Editora, 2000, p. 273-305.

